



portalbenews.com.br

LCD Senado aprova nova
renda fixa emitida por bancos
de fomento ▶ **p4**

REGIÃO NORTE Dnit assina
ordens de serviço para dragagem
no Rio Madeira ▶ **p4**

Divulgação



FORTALEZA

Porto terá investimento de R\$ 100 milhões em modernização

Valor será investido em ações como derrocagem, compra de câmeras de segurança e eletrificação do complexo ▶ **p6**

Divulgação



VPorts bate recorde de movimentação de cargas de janeiro a maio ▶ **p5**

ESG Movelnfra encaminhará estudo à ANTT sobre descarbonização ▶ **p3**

REGIÃO SUL Portos do Paraná amplia calado do Porto de Antonina para 9,15m ▶ **p6**

NORDESTE Operadores do Maranhão anunciam criação de hub para inovação ▶ **p7**

EDITORIAL

Descarbonização: um compromisso conjunto entre o público e o privado

A entrega iminente de um estudo pelo MovelInfra à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) marca um passo importante na jornada da descarbonização do setor de transportes e infraestrutura no Brasil. Essa iniciativa, liderada por um movimento que reúne os seis principais grupos de infraestrutura do País, demonstra o compromisso de empresas de destaque no setor privado com a construção de um futuro mais sustentável.

O estudo, que será apresentado na primeira quinzena do próximo mês, se propõe a identificar medidas legais e regulatórias que ofereçam segurança jurídica aos investimentos necessários para a descarbonização do setor. Essa é uma etapa fundamental para atrair investimentos privados e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

A descarbonização do setor de transportes e infraestrutura é um desafio complexo, mas também uma oportunidade única para o Brasil. O País possui um enorme potencial para se tornar líder global na produção e na exportação de energia renovável, além de contar com uma vasta rede de infraestrutura que pode ser adaptada para um modelo mais sustentável.

Para que esse potencial seja plenamente aproveitado, é fundamental que haja uma sinergia entre o poder público e a iniciativa privada. O estudo do MovelInfra se configura como um importante instrumento para essa colaboração, ao propor soluções que conciliem os interesses de ambos os segmentos.

É importante ressaltar que a descarbonização deve ser realizada de forma transparente e responsável, com a participação ativa de todos os stakeholders. O diálogo aberto e a troca de ideias são essenciais para garantir que as medidas adotadas sejam eficazes e justas.

A iniciativa do MovelInfra demonstra que o setor privado está ciente de sua responsabilidade na luta contra as mudanças climáticas e está disposto a contribuir para a construção de um futuro mais sustentável. Cabe ao poder público criar um ambiente propício para os investimentos em descarbonização, através da implementação de políticas públicas claras e consistentes.

A descarbonização do setor de transportes e infraestrutura é um desafio que exige o engajamento de todos. Através da colaboração entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, é possível construir um futuro mais verde e próspero para o Brasil.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- Porto de Fortaleza vai investir R\$ 100 milhões em modernização, diz presidente

HUB

- Levantamento da Anac aponta queda nos preços das tarifas aéreas

NACIONAL

- MovelInfra encaminhará estudo à ANTT sobre descarbonização
- Senado aprova nova renda fixa emitida por bancos de fomento

Dnit assina ordens de serviço para dragagem no Rio Madeira

REGIÃO SUDESTE

- VPorts bate recorde de movimentação de cargas de janeiro a maio

REGIÃO SUL

- Portos do Paraná amplia calado do Porto de Antonina para 9,15m

REGIÃO NORDESTE

- Porto de Suape começa a remover acesso provisório no Rio Tatuoca
- Operadores do Maranhão anunciam criação de hub para inovação



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Marília Sena, Paulo José Ribeiro,
Yousefe Sipp e Vitória Malafati (estagiária)

Colunistas
Cândice La Terza e Ivani Cardoso

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

 (11) 91615.1200



**LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES**
leopoldo.figueiredo@redebeneews.com.br

Queda nos preços 1

A tarifa aérea média nos cinco primeiros meses do ano, no Brasil, foi de R\$ 584, 2,4% menor do que em 2023 (R\$ 598) e 8,6% a menos do que em 2022 (R\$ 653), segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O mesmo levantamento aponta que o valor do bilhete teve uma queda acumulada, desde janeiro de 2023, de 10,7%. Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, isso se deve, principalmente, à redução de 26,2% no preço do querosene de aviação (QAV) nesse período - o combustível responde por cerca de 40% do custo operacional desse transporte.

Queda nos preços 2

Em maio, a tarifa aérea média chegou a R\$ 534, 4% a menos do que no mesmo mês do ano passado. "Nada menos que 60% dos bilhetes foram comercializados por até R\$ 500 e que oito de cada 10 tíquetes custaram até R\$ 700", analisa Sílvio Costa Filho. "Ainda há muito a fazer, mas é um sinal que está dando certo o trabalho coletivo do Governo Federal para estimular a ampliação da oferta de assentos. Isto ajuda a reduzir o custo da passagem e permite que mais brasileiros possam viajar pelo país, além de promover o desenvolvimento econômico e gerar emprego e renda", disse.

Negociação sobre recursos

Os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) se encontraram nessa quarta-feira, dia 26, na sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, para discutir linhas de crédito para as empresas aéreas. A medida integra a Lei Geral do Turismo, que tramita na Câmara Federal.

Reforma tributária

A direção da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) - seu diretor-presidente, Jesualdo Silva, e a diretora-executiva, Cláudia Borges - se reuniu os deputados federais Luiz Gastão (PSD-CE) e Cláudio Cajado (PP-BA), membros do grupo de trabalho da Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024) da Câmara dos Deputados. O encontro, ocorrido na última terça-feira, no Congresso Nacional, teve como pauta as principais demandas do setor para o projeto de regulamentação da reforma.

MovelInfra encaminhará estudo à ANTT sobre descarbonização

Objetivo é propor medidas legais e regulatórias que ofereçam segurança jurídica aos investimentos em sustentabilidade



Freepik

O levantamento do MovelInfra se baseia em três eixos: políticas públicas relacionadas à agenda climática; mecanismos regulatórios próprios; e modalidades de financiamento

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redebeneews.com.br

O MovelInfra, movimento que reúne os seis principais grupos de infraestrutura do país, entregará à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), um estudo com objetivo de propor medidas legais e regulatórias que ofereçam segurança jurídica a investimentos necessários à descarbonização do setor.

A entrega está prevista para a primeira quinzena de julho e alguns detalhes do diagnóstico foram adiantados pela CEO do MovelInfra, Natália Marcassa, durante sua participação no webinar "Descarbonização no setor de transportes terrestres e liderança em sustentabilidade", realizado nesta quarta-feira (26), em parceria entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Grupo Brasil Export.

Participaram também o diretor da ANTT, Felipe Queiroz, o superintendente de Licitações da B3, Guilherme Peixoto, o CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião, e o presidente do Conselho ESG do Brasil Export, João Amaral.

O levantamento do MovelInfra se baseia em três eixos: políticas públicas relacionadas à agenda climática; mecanismos regulatórios próprios do setor de infraestrutura e logística; e modalidades de financiamento.

A ideia é apontar o que ainda precisa ser feito - especialmente em regulamentação - para que empresários se sintam seguros em investir, por exemplo, em adaptações ou troca de infraestruturas para que elas sejam mais resilientes aos impactos de eventos climáticos extremos.

"As agências já incluem nos contratos de concessão indicadores de sustentabilidade e padrões ambientais. O que sentimos falta são políticas de incentivo porque adaptar infraestrutura tem um custo alto e essa agenda não é só do setor, é do país", declarou Natália.

Entre as oportunidades identificadas no estudo em relação aos mecanismos regulatórios, está a sugestão de, em vez de incorporar custos de medidas sustentáveis ao percentual da receita, associar esses custos ao valor a ser pago em outorga, o que segundo Marcassa, pode incentivar economicamente o concessionário a efetivar medidas em direção ao avanço da descarbonização. "A

gente acredita que separar o percentual dessa outorga é um investimento, não um gasto", pontuou.

Há também a sugestão de descontos progressivos no valor de outorga de maneira proporcional ao volume de investimentos realizados em sustentabilidade, além de incluir medidas de sustentabilidade como critério de desempate durante a fase licitatória.

"Quando fazemos critérios de seleção de leilão, geralmente olhamos dois critérios: menor valor de tarifa e maior valor de outorga. E se a gente começar a pensar em medidas de sustentabilidade, como por exemplo, fazer parte do Índice de Sustentabilidade da B3 como um critério a ser olhado?", questiona Natália.

A CEO ressalta que o movimento de descarbonização no Brasil ainda está no início, mas é preciso "usar o potencial verde que o país tem como um ativo e não como um processo oneroso".

Novos conselheiros

Durante sua participação na live, o CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião, anunciou a entrada de Felipe Queiroz e Natália Marcassa como conselheiros do Conselho ESG do

A IDEIA É APONTAR O QUE AINDA PRECISA SER FEITO - ESPECIALMENTE EM REGULAMENTAÇÃO - PARA QUE EMPRESÁRIOS SE SINTAM SEGUROS EM INVESTIR, POR EXEMPLO, EM ADAPTAÇÕES OU TROCA DE INFRAESTRUTURAS PARA QUE ELAS SEJAM MAIS RESILIENTES AOS IMPACTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

Brasil Export, presidido por João Amaral.

"Me sinto muito honrado em anunciar essas grandes autoridades do setor de infraestrutura como membros desse conselho tão importante, que trata de uma discussão tão relevante e que será cada vez mais debatida nessa urgência que temos frente aos últimos acontecimentos climáticos, como a tragédia no Rio Grande do Sul", disse Fabricio.

NACIONAL

Senado aprova nova renda fixa emitida por bancos de fomento

Letra de Crédito do Desenvolvimento financiará projetos de infraestrutura, da indústria, de inovação e de pequenas empresas

Fernando Frazão/Agência Brasil

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o BNDDES, a LCD facilitará a concessão de crédito para projetos de infraestrutura, indústria e inovação, impulsionando o desenvolvimento econômico e gerando empregos

Em votação simbólica realizada na quarta-feira (26), o Senado Federal aprovou o projeto de lei (PL) que permite ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a outros bancos públicos de desenvolvimento emitir a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD). Esse novo instrumento financeiro visa captar recursos para investimentos em infraestrutura, indústria, inovação e pequenas empresas. Agora, o PL 6.235/2023 aguarda a sanção presidencial.

Proposto pelo Poder Executivo, o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Omar Aziz (PSD-AM). A LCD funcionará como um investimento de renda fixa, si-

milar às Letras de Crédito Agrícola (LCA) e Imobiliário (LCI), já oferecidas por bancos e corretoras.

Segundo o BNDDES, a nova modalidade facilitará a concessão de crédito com juros reduzidos para projetos de infraestrutura, indústria e inovação, im-

pulsionando o desenvolvimento econômico e gerando empregos. A LCD operará de forma análoga às LCI e LCA, que são emitidas pelo setor privado para financiar atividades específicas e cujos rendimentos são isentos de Imposto de Renda para pessoas físicas.

“Importante destacar que a utilização desse instrumento de captação será acompanhada de avaliações de impacto, que terão o compromisso de mensurar, de maneira transparente, o quanto a transferência de recursos da sociedade, sob a forma de isenção tributária, gera-

ria em termos de benefícios sociais”, registra a nota assinada pelo presidente do BNDDES, Aloizio Mercadante, divulgada na noite de quarta-feira.

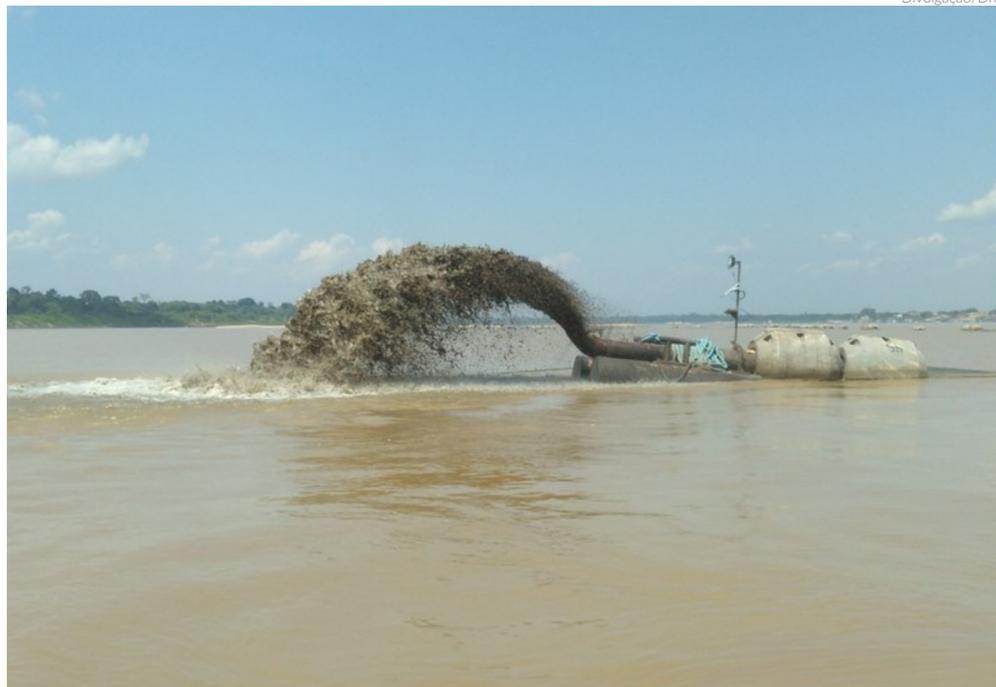
Cada instituição financeira estará autorizada a emitir até R\$ 10 bilhões anuais em LCDs. Os bancos emissores terão a obrigação de divulgar um relatório anual detalhando os projetos beneficiados com os recursos obtidos por meio da emissão dessas letras de crédito.

“Com limite de emissão de R\$ 10 bilhões por ano, a pequena isenção fiscal da LCD, que já existe com a LCA para a agricultura e com a LCI para o setor imobiliário, poderá ser repassada integralmente aos tomadores de recursos, possibilitando redução das taxas de juros para as empresas. Além disso, permitirá maior diversificação das fontes de financiamento de longo prazo dos bancos de desenvolvimento, desonerando o orçamento público de eventuais capitalizações desses bancos”, disse Mercadante.

Dnit assina ordens de serviço para dragagem no Rio Madeira

Um ordem contempla o plano de manutenção da hidrovia que liga Porto Velho a Manicoré e outra se refere à manutenção da travessia da BR-230 sobre o rio

Divulgação/Dnit



A iniciativa visa assegurar a navegabilidade da hidrovia, reduzindo os impactos de futuras estiagens e promovendo o desenvolvimento econômico e social na Região Amazônica

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) firmou na segunda-feira (24) duas Ordens de Serviço para a execução de dragagem no Rio Madeira. Uma das ordens contempla o plano de manutenção da hidrovia que liga Porto Velho, em Rondônia, a Manicoré, no Amazonas, enquanto a outra se refere à manutenção da travessia da BR-230 sobre o rio, em Rondônia.

Desde 2022, o Dnit tem monitorado os pontos mais críticos do Rio Madeira, incorporando esses projetos em seu cronograma de dragagens regulares. A iniciativa visa assegurar a navegabilidade contínua da hidrovia, reduzindo os impactos de futuras estiagens e promovendo o desenvolvimento

econômico e social na Região Amazônica.

Além das intervenções no Rio Madeira, o Dnit planeja, nas próximas semanas, assinar ordens de serviço para a dragagem no trecho Norte do Rio Pa-

raguai, que abrange os municípios de Cáceres, em Mato Grosso, e Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Outro projeto envolve a manutenção da hidrovia do Rio Taquari, no Rio Grande do Sul, que possui uma extensão nave-

gável de 86,5 quilômetros, conectando o porto rodo-hidro-ferroviário de Estrela aos portos de Porto Alegre e Rio Grande.

Segundo o Dnit, o trecho do Rio Paraguai entre Cáceres e Corumbá é vital para a navega-

ção e a economia do Centro-Oeste brasileiro, facilitando o transporte de carga e passageiros e o acesso a importantes centros urbanos e portos locais. Apesar dos desafios causados pelo assoreamento, a manutenção regular dessas hidrovias é vista pelo departamento como essencial para garantir a navegabilidade e fomentar o desenvolvimento econômico nas áreas ribeirinhas.

O assoreamento dos rios é um dos principais desafios ambientais no Brasil, comprometendo a profundidade dos canais e dificultando a passagem de embarcações. A dragagem, que envolve a remoção de sedimentos do leito dos rios, é crucial para preservar a navegabilidade e a integridade dos ecossistemas aquáticos.

REGIÃO SUDESTE

VPorts bate recorde de movimentação de cargas de janeiro a maio

Segundo a concessionária, terminais tiveram crescimento de 33% em comparação ao mesmo período do ano passado

Divulgação/VPorts



No total, de janeiro até maio, foram 3,3 milhões de toneladas de produtos movimentados nos terminais administrados pela VPorts, entre contêineres, grânéis sólidos e carga geral

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenebnews.com.br

A movimentação de cargas pelos terminais administrados da VPorts, concessionária responsável pelos portos de Vitória, Vila Velha e Aracruz, nos primeiros cinco meses de 2024 teve crescimento de 33% em comparação ao volume movimentado no mesmo período do ano passado.

No total, de janeiro até maio, foram 3,3 milhões de toneladas de produtos movimentados, entre contêineres, grânéis sólidos e carga geral.

Segundo divulgou a VPorts, os produtos que tiveram maior incremento na movimentação nos primeiros cinco meses do ano foram, respectivamente, automóveis, café, granito, concentrado mineral, carvão e

lulha e coque de petróleo.

No segmento de contêineres, o crescimento de janeiro a maio foi de 51% em toneladas e de 60% em número de unidades. Foram 95 mil unidades, representando um volume de

1,38 milhão de toneladas, tendo como destaque o granito e o café.

Já nas cargas gerais o crescimento foi de 73%, totalizando 471 mil toneladas movimentadas. A movimentação de auto-

móveis bateu um novo recorde no Espírito Santo. De janeiro a maio, os portos capixabas receberam 75.372 unidades, registrando um impressionante crescimento de 215% em relação ao mesmo período de 2023.

Com 1.084 toneladas, os grânéis sólidos tiveram um aumento de 23%, com ênfase para ferro gusa, fertilizantes e concentrados minerais. Já em relação aos grânéis líquidos, 266 mil toneladas de combustível foram movimentadas e a soda cáustica teve um incremento de 14%, totalizando 74 mil toneladas movimentadas.

O diretor-presidente da VPorts, Gustavo Serrão, classificou que os resultados conquistados nos primeiros cinco meses do ano refletem no trabalho feito, voltado ao dinamismo, eficiência e flexibilidade estrutural.

“O Espírito Santo tem vocação portuária, mas era latente a necessidade de investir em modernização e infraestrutura, além de tornar as relações comerciais mais ágeis e personalizadas, permitindo atender com eficiência as demandas dos clientes. E é nisso que temos apostado”, comentou.

REGIÃO SUL

Portos do Paraná amplia calado do Porto de Antonina para 9,15 m

Expectativa é de que, com a medida, aumente a movimentação de cargas no complexo portuário

Divulgação/Portos do Paraná



Com o aumento do calado operacional de 8,3 para 9,15 metros, será possível uma maior demanda a partir do Porto Ponta do Félix, operador portuário que atua em Antonina

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

ção de movimentação de cargas no Porto de Antonina.

“O aumento do calado é resultado de um esforço conjunto entre a Portos do Paraná, Praticagem e Marinha. Após a conclusão das atividades de dragagem, com a ampliação dos monitoramentos ambientais e discussões técnicas foi possível alcançar este novo calado, que possibilita um aumento significativo na movimentação de açúcar a granel e capacita o terminal a operar com uma condição propícia para os navios de fertilizantes, fortalecendo nosso compromisso de ampliar continuamente a eficiência dos portos paranaenses”, destacou o diretor de Engenharia e Manutenção da Portos do Paraná, Victor Kengo.

Com o aumento do calado

A Portos do Paraná, Autoridade Portuária que administra os portos de Paranaguá e Antonina, anunciou na quarta-feira (26) a ampliação do calado máximo operacional do Porto de Antonina, no litoral do estado. De acordo com a portaria 192/2024, publicada pela Autoridade Portuária paranaense, o calado no complexo passou de 8,3 metros para 9,15 metros.

A partir do anúncio da Autoridade Portuária, o aumento do calado vai permitir a amplia-

operacional, será possível uma maior demanda a partir do Porto Ponta do Félix, operador portuário que atua em Antonina. Isso fará com que aumente a competitividade do terminal no mercado, trazendo ganhos para a cadeia logística do Paraná.

“Toda a economia num primeiro momento se torna mais competitiva. Tanto de Antonina quanto do Paraná e até do Brasil. Ou seja, o impacto se dá nas cadeias. Então, o Porto podendo operar com maior volume de cargas, todas as cadeias que

operam conosco em importação e exportação são mais competitivas. O resultado de toda essa soma de esforços vem representar um incremento substancial na capacidade de operação dos navios que vão operar em Antonina. Tanto na entrada quanto na saída. Importação e exportação de cargas”, avaliou Gilberto Birkhan, diretor-presidente do Porto Ponta do Félix.

Vale lembrar que calado refere-se a distância da linha d’água e o ponto mais profundo de uma embarcação, também conhecida como quilha.

REGIÃO NORDESTE

Porto de Fortaleza vai investir R\$ 100 milhões em modernização, diz presidente

Valor será investido em ações como derrocagem, compra de câmeras de segurança e eletrificação do complexo

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenebenews.com.br

O diretor-presidente da Companhia Docas do Ceará, Lucio Gomes, anunciou mais de R\$100 milhões no Porto de Fortaleza para modernização e crescimento do cais, incluindo a eletrificação do complexo portuário.

O valor inclui ações como a derrocagem (retirada de resíduos que contribuem para a dragagem de canais de acesso ao porto), compra de câmeras de segurança.

Também está incluída na previsão de investimento o arrendamento do terminal portuário MUC04, localizado no Porto de Fortaleza (CE). O terminal é destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e a estimativa é que sejam investidos R\$ 360,7 mi-



Divulgação

Também chamado de porto do Mucuripe, o complexo portuário de Fortaleza movimentou 1.031.138 toneladas de trigo no ano passado, de acordo com dados divulgados pela Antaq

lhões na área.

O processo segue no Ministério de Portos e Aeroportos, que encaminhará os resultados da audiência pública realizada em maio, bem como a versão final do edital para o Tribunal de

Contas da União. O previsto é que, após o certame, a assinatura do contrato ocorra durante o primeiro semestre do ano que vem. A equipe da Companhia Docas do Ceará tem acompanhado e participado de todas as

etapas desse processo.

“Os próximos projetos, em fase de elaboração ou de lançamento, e que somam mais de R\$ 100 milhões, seguem nossa busca por modernização, crescimento, com resultados sus-

tentáveis e respeitando o meio ambiente”, disse o diretor-presidente.

Na segunda-feira (24), Gomes foi recebido em almoço por empresários do setor do agronegócio cearense, em Fortaleza.

Participaram do encontro os empresários Fernando Franco, Jorge Parente, João Teixeira, Cristiano Maia, Amílcar Silveira, Eduardo Rolim, Rita Granjeiro, Gentil Linhares, Euvaldo Bríngel, Luiz Eugênio Pontes, entre outros. Pela Docas do Ceará, acompanharam o Presidente, Paulo Pinho e André Alencar, Coordenadores de Planejamento e Comunicação, respectivamente.

Também chamado de porto do Mucuripe, o cais movimentou 1.031.138 toneladas de trigo, em 2023, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O número é superior a todos os outros portos brasileiros, em desembarque de trigo, pelo segundo ano consecutivo.

Porto de Suape começa a remover acesso provisório no Rio Tatuoca

No local vivem famílias quilombolas, que cobram recuperação do rio para subsistência da população

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenebenews.com.br

A administração do Complexo Industrial Portuário de Suape vai dar início, nos próximos dias, a uma intervenção para remoção do acesso provisório ao Estaleiro Atlântico Sul (EAS) sobre o Rio Tatuoca, um dos cursos d'água mais importantes do território da estatal pernambucana. O serviço de derrocamento tem prazo para ser concluído em 60 dias.

Este é um pedido antigo da comunidade quilombola de Ilha Mercês, que cobra a recuperação do Rio Tatuoca para subsistência da população. A luta da comunidade contra o fechamento do rio ocorre há mais de dez anos. Segundo a comunidade, mais de 200 famílias quilombolas vivem no local.

Segundo a administração portuária, as comunidades pesqueiras que atuam na região do



Divulgação

Construído em 2009 sobre o Rio Tatuoca, um dos cursos d'água mais importantes do território de Suape, o acesso provisório ao EAS foi parcialmente retirado em 2021

atracadouro foram informadas, previamente, dos detalhes do serviço, numa reunião ocorrida, no dia 13 de maio, no auditório do centro administrativo da empresa. A licença de autorização da obra foi expedida pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) no dia 5 de junho.

Construído em 2009 sobre o Rio Tatuoca, localizado em

Ipojuca, o acesso provisório ao EAS foi parcialmente retirado em 2021. Naquele ano, foi aberto 31% do espaço da passagem molhada. Após essa primeira fase, houve a percepção de maior abundância de peixes na microbacia do rio.

Com a abertura total, espera-se haver o restabelecimento da hidrodinâmica para as áreas à

montante (mais baixas) do enrocamento com consequências benéficas ao ecossistema aquático. Além disso, a expectativa é de melhora dos elementos bióticos da microbacia do rio, com previsão de alterações para aumento do ecossistema manguezal.

“Essa iniciativa vai aumentar a vazão do curso d'água e o

fluxo hidrodinâmico das marés. Com esse restabelecimento, a área de inundação será expandida, o que deverá elevar a qualidade ambiental natural do ecossistema e dos recursos pesqueiros”, explica o diretor de Sustentabilidade de Suape, Carlos Cavalcanti.

Para executar a obra de derrocamento do acesso provisório, foi elaborado o Relatório Ambiental Preliminar com o diagnóstico dos impactos ambientais da área onde será realizada a intervenção. Segundo o projeto de engenharia, o serviço exigirá o uso de equipamentos comuns, como escavadeiras hidráulicas e caminhões caçambas. Durante a execução da intervenção, serão realizados o monitoramento ambiental e o acompanhamento da intervenção.

REGIÃO NORDESTE

Operadores do Maranhão anunciam criação de hub para inovação

Iniciativa tem o objetivo de fomentar a eficiência logística no complexo portuário do estado

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenews.com.br

O Sindicato dos Operadores Portuários do Maranhão (Sindomar) anunciou a criação de um hub de inovação junto ao complexo portuário do estado para fomentar iniciativas inovadoras para impulsionar a eficiência logística no cais.

A ideia é promover o crescimento econômico usando a tecnologia. Entre as principais ações estão a parceria com universidades para pesquisa e desenvolvimento em Inteligência Artificial aplicada à logística, e novas tecnologias de transporte.

A instituição também firmou acordos de cooperação técnica para validação de provas de conceito (POCs) e lançou trilhas de inovação corporativa focadas na resolução dos

problemas enfrentados pelos seus associados.

O sindicato busca projetos de automação, Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial e Big Data, Desenvolvimento de Capital Humano, capacitação e treinamento com workshops e seminários. O hub de inovação portuário proporciona facilitação de parcerias e colaborações com universidades e institutos de pesquisa, projetos de infraestrutura verde, além da otimização da cadeia de suprimentos, que são tecnologias que melhoram a coordenação e eficiência logística, reduzindo tempos de espera e custos.

Segundo o presidente do Sindomar, Daniel Pereira, há 13 empresas portuárias associadas ao sindicato que podem investir em produção científica para gerar novos negócios.

“Queremos, inclusive, dimi-



Divulgação

O Complexo Portuário do Maranhão é composto pelo Porto do Itaqui, administrado pelo Governo do Estado, e dois Terminais de Uso Privativo geridos pela Vale e pela Alumar

ros do sindicato. Há ainda Hackathons e competições, que são organização de eventos que estimulam a criatividade e a resolução de problemas, incentivando a participação ativa de todos os envolvidos.

nuir a diferença entre a quantidade de pessoas formadas, bem capacitadas que exportamos para o restante do país e o mundo e as que permanecem aqui. Para isso, criamos um lugar de inovação e tecnologia, na área portuária”, disse ele.

Ainda de acordo com Pereira, o hub de inovação é um espaço tecnológico e físico que promove a inovação e o crescimento econômico.

“Ele atrai especialistas em

tecnologia, engenharia, logística e gestão portuária, oferecendo um ambiente propício para o desenvolvimento profissional”, afirmou.

As ações do hub de inovação são desenvolvidas em parceria com a Creative Pack, instalada no edifício Michelangelo, no bairro Jardim Renascença, em São Luís.

Nesse ambiente, há jornadas de inovação aberta, voltadas para funcionários e parcei-

O complexo

O Complexo Portuário do Maranhão está localizado na Baía de São Marcos e conta com três instalações. Uma delas o Porto do Itaqui, porto público multipropósito administrado pelo Governo do Estado por meio da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). As outras são dois Terminais de Uso Privativo (TUPs), administrados pela Vale e pela Alumar.

BE NEWS 19h

VOCÊ É NOSSO CONVIDADO!

Fique por dentro de tudo que move o mercado.

APRESENTAÇÃO

NÚRIA BIANCO

De segunda a sexta-feira, às 7 da noite, o telejornal BE News 19 horas traz as principais notícias do setor de Infraestrutura em todo o Brasil e nos principais mercados internacionais.

ACESSE E INSCREVA-SE



TV BE News no Youtube
@tv_benews



www.tvbenews.com.br

REDE
BE NEWS
JORNAL • PORTAL • TV